

Diversidade e Políticas Públicas

Participação Social e Agendas Transversais para a Promoção da Diversidade

Eduardo Gomor dos Santos

Analista de Planejamento e Orçamento

Coordenação de Diversidade e Cidadania

Seplan / MP

12 / 07 / 2017

Agenda

- “Lugar de fala”
- Diversidades e desigualdades
- Formas de combate às desigualdades sociais
- Perspectivas sobre a Diversidade
- Diversidade e Participação Social
- Estrutura e atuação da Seplan / MP
- PPA e Promoção da Diversidade
- ODS e OGP
- Bibliografia

“Lugar de fala”

- Graduação em Administração Pública 1997 – FGV /SP
 - Trabalho na iniciativa privada – GM; ATT; Consultoria de Franquias
- Mestrado em Administração Pública e Governo – 2008 – FGV /SP
 - Formulação de políticas culturais: Leis de incentivo e as Inovações do Programa Cultura Viva
- Especialista em Políticas Públicas – Sec. Gestão Pública – SP
 - Ressocialização e Trabalho da população carcerária: propostas de intervenção; 2009.
- Analista de Planejamento e Orçamento – SPI/MP, abril 2011
 - MP/SPI/DESOC – Igualdade racial; de gênero; LGBT; Juventude; Socioeducativo; Tráfico de Pessoas
 - MDS – Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação
 - SEPPIR
 - Ações Afirmativas;
 - Lei 12.990, das cotas no serviço público
 - Elaboração do PPA 2016-2019
 - MP/SPI/DECIP – Participação social
 - MP/SEPLAN/CODIC – Diversidade e cidadania
- Doutorado em Política Social, 2012 - Universidade de Brasília
 - Tema da Pesquisa - Hip Hop e América Latina: Relações entre Cultura, Estética e Emancipação (Brasil, Cuba e Colômbia); defesa em maio de 2017

Diversidades e Desigualdades

Diversidade Social

Desigualdades

Igualdade Material

Formas de combate às desigualdades sociais



Adaptado de JACCOUD; BEGHIN, 2002

Perspectivas sobre a Diversidade

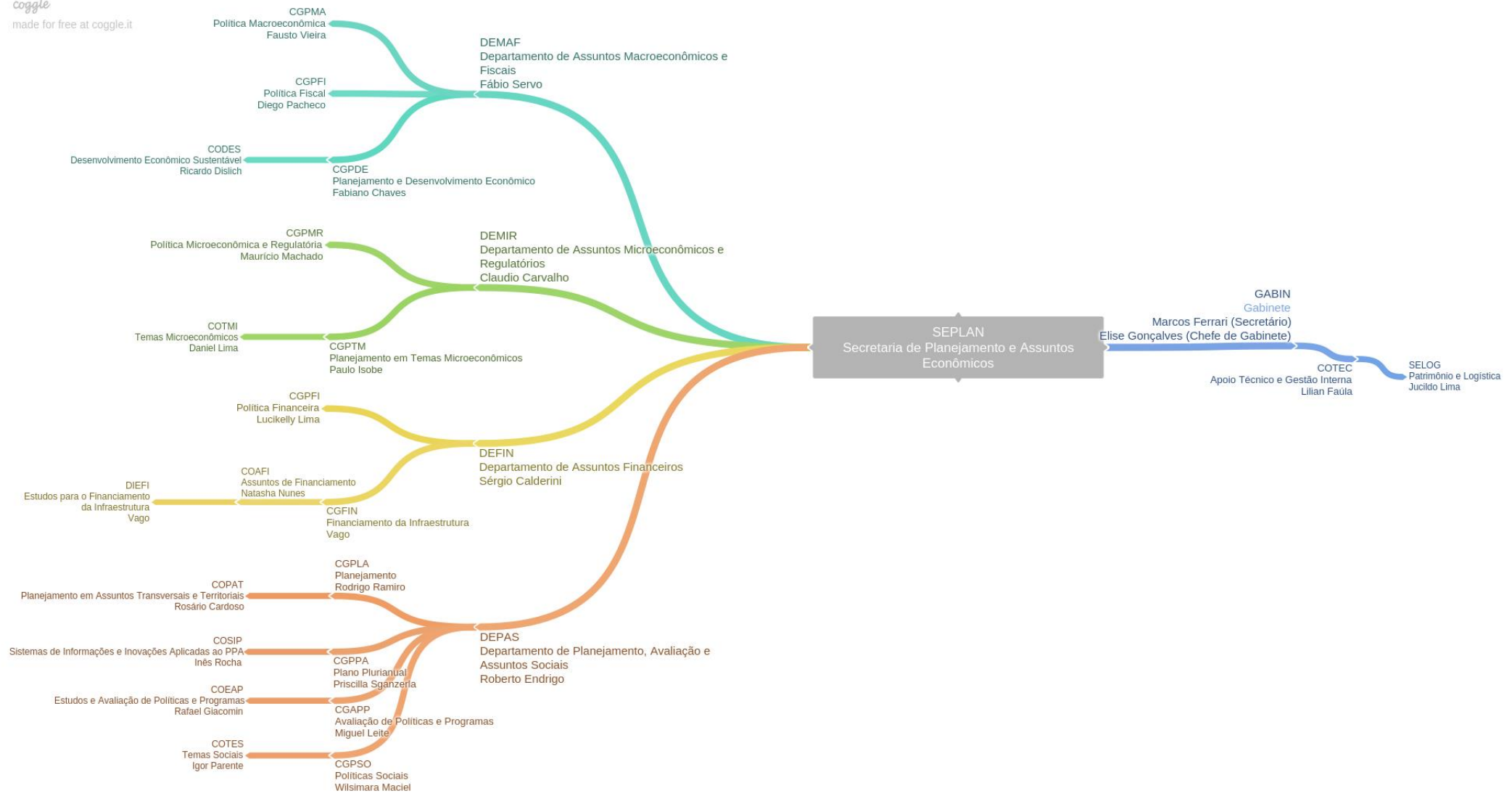
- Direitos Humanos
 - **Perspectiva ética**, relativa à justiça social, ao combate à discriminação indireta, à diversidade como forma de promoção do princípio da igualdade material, tratando desiguais como desiguais
 - A promoção da diversidade não beneficia apenas os grupos específicos, mas **toda a sociedade**
- Aspecto organizacional
 - **Perspectiva de gestão**, com a obtenção de vantagens para a organização:
 - “desempenho financeiro fortalecido;
 - rotatividade de mão-de-obra reduzida;
 - maior produtividade;
 - aumento de satisfação dos empregados nas atividades profissionais;
 - menor vulnerabilidade das empresas face às leis trabalhistas;
 - valorização da imagem empresarial junto aos consumidores e opinião pública em geral;
 - reconhecimento adequado do desempenho e do potencial dos trabalhadores” (BELLAN, 2002)

Diversidade e Participação Social

- Participação social
 - Diversidade como **forma** para participação social, com a **perspectiva do envolvimento da sociedade** civil com o Estado
 - Nas **diversas etapas das políticas públicas**, desde a elaboração até o monitoramento da execução das atividades
- Participação social como forma de garantir a presença das demandas de grupos historicamente marginalizados na sociedade brasileira
- Formas alternativas de participação política para além da democracia representativa e seus problemas estruturais
- PPA como ferramenta que busca garantir a organização e o atendimento demandas específicas de cada um destes grupos

Estrutura Seplan / MP

coggle
made for free at coggle.it



Participação Social no PPA – Base Legal

- **Lei 13.249/2016** - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.
 - Art. 4º - Diretrizes: V - **A participação social como direito do cidadão**
 - Art. 12º - Gestão do PPA 2016-2019 - § 3º O Poder Executivo adotará, em conjunto com representantes da sociedade civil, **mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de gestão do PPA 2016- 2019.**
- **Decreto nº 8.759/2016** - Regulamenta a Lei do PPA 2016-2019.
 - Art. 3º - Gestão do PPA 2016-2019 - VI - A participação social na gestão do PPA 2016-2019
 - Art. 4º - Objetivos do monitoramento e a avaliação do PPA 2016-2019 : V - contribuir para a transparência, o controle e a participação social das ações do Governo.
 - Art. 11º O **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** poderá estabelecer:
 - II - espaços coletivos de pactuação da gestão e da implementação dos Programas Temáticos, com a participação dos órgãos e das entidades envolvidos na execução;
 - III - **metodologias de participação social para o monitoramento da execução do PPA 2016-2019**, desenvolvidas em conjunto com representantes da sociedade civil; e

Atributos do PPA – Programa Temático e Transversal

- Dimensões do PPA 2016-2019



Atributos do PPA – Programa Temático e Transversal

- Programa Temático
 - Retratam as agendas de governo, organizadas por recortes selecionados de Políticas Públicas que orientam a ação governamental. Sua abrangência representa os desafios e orienta a gestão do Plano, no que diz respeito ao monitoramento e avaliação da dimensão tática.
- Objetivo
 - Deve expressar as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade, orientando taticamente a atuação do governo para o que deve ser feito frente aos desafios, demandas e oportunidades impostos para o desenvolvimento do País e para a melhoria da qualidade de vida da população.
- Meta
 - As metas expressam a medida de alcance do Objetivo, podendo ser de natureza qualitativa ou quantitativa.
- Iniciativa
 - A Iniciativa é o atributo do Programa que declara os meios que viabilizam os Objetivos e suas metas, explicitando o “como fazer” ou as entregas de bens e serviços resultantes da atuação do Estado ou os arranjos de gestão (medidas normativas e institucionais), a pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade ou a integração de políticas públicas, necessários ao alcance dos objetivos.

Atuação da Seplan/MP

- PPA como instrumento de planejamento
 - Qual a relevância do PPA para o planejamento governamental?
 - Articulação para além dos diversos setoriais envolvidos com cada uma das ações das políticas públicas
 - Quebrar as “caixinhas” do executivo federal
 - PPA 2016-2019 e a redução de Metas que não fossem consideradas estruturantes
- O papel do PPA para as agendas da diversidade
 - Políticas universais e políticas focalizadas
 - O mito das políticas (supostamente) universais como forma de evitar a atuação com públicos e temáticas específicas

Agendas Transversais e Agendas Temáticas

- São formas alternativas de organização das informações contidas no Plano, permitindo uma visão sistematizada das ações de governo para públicos ou temas específicos e propiciando outra perspectiva para seu monitoramento.
 - Criança e adolescente
 - Juventude
 - Pessoa Idosa
 - Políticas para as Mulheres
 - População LGBT
 - Pessoas com Deficiência
 - População em Situação de Rua
 - Igualdade Racial
 - Povos Indígenas
 - Desenvolvimento Rural Sustentável
 - Economia Solidária
 - Usos Múltiplos da Água

- **Diversidade e Transversalidade**

- Analistas da Seplan responsáveis tanto pelas políticas universais quanto pelas agendas transversais
 - Relacionamento direto e constante com os órgãos setoriais
 - Efetiva participação de analistas nos Conselhos Nacionais de políticas públicas, além de outras instâncias participativas

- **Diversidade e Participação Social**

- Compatibilização entre resoluções de Conferências Nacionais e os Objetivos, Metas e Iniciativas do PPA
 - Como exemplo, o levantamento da compatibilidade entre as Resoluções da 3ª Conferência Nacional LGBT e os atributos do PPA 2016-2019
 - 192 Resoluções da Conferência
 - 48 Resoluções sem nenhuma compatibilidade com os atributos do PPA
 - Aderência de aproximadamente 75% entre as resoluções da Conferência e os atributos do PPA

LEVANTAMENTO AGENDA TRANSVERSAL LGBT

PROGRAMAS	OBJETIVOS	METAS	INICIATIVAS
2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	1	0	7
2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2	2	3
2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	4	0	4
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	4	4	12
2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo	1	0	2
2080 - Educação de qualidade para todos	5	4	8
2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	5	4	7
2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	4	4	5
2082 - Política Externa	2	1	1
2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	4	5	16
2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	4	4	6
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	4	2	6
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	1	0	1
2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	1	1	0
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	2	7	30
2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	2	1	4
TOTAL	46	39	112

Atuação da Seplan/MP

- **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**
- **Objetivo 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da **promoção da diversidade****
 - **Iniciativa 06LG** - Elaboração da proposta de revisão das **normas para concurso público**
 - Outras Informações – SEGEP/MP
 - **Iniciativa 06LP** - Inclusão de módulo sobre **direitos humanos e diversidade** nos cursos de **formação inicial** e de **aperfeiçoamento** das carreiras nas **escolas de governo**.
 - Outras Informações – ENAP/ESAF
 - **Iniciativa 06QL** - Estabelecimento de fluxo de informações sobre os concursos públicos para a garantir o monitoramento do preenchimento das **vagas reservadas para negros** no serviço público, em atendimento à Lei 12.990/2014.
 - Outras Informações – Segep/MP e Seppir

Atuação da Seplan/MP

- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 - Iniciativa do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, parte do legado dos ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
 - 17 Objetivos e 169 metas para a Agenda 2030, divididos em 4 dimensões: Social, Ambiental, Econômica e Institucional



Atuação da Seplan/MP

- OGP – Open Government Partnership – Parceria para Governo Aberto
 - Fortalecimento dos princípios de transparência, participação cidadã, inovação, prestação de contas e responsabilização (*accountability*)
 - 16 compromissos frutos de intenso trabalho de colaboração entre governo e sociedade civil
 - Compromisso 14 – “Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos”
 - “Monitoramento participativo do PPA, especialmente das agendas transversais e das metas e objetivos do desenvolvimento sustentáveis (ODS), com uso de ferramentas digitais”

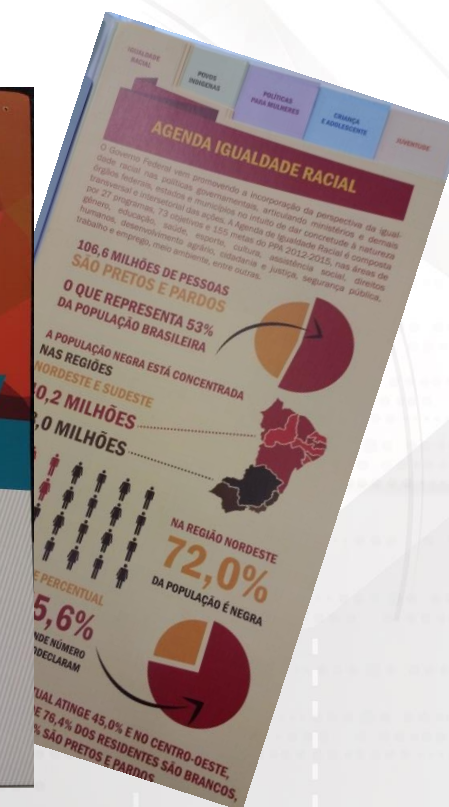


OGP – Compromisso 14

- **Compromisso 14 - Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos**
- **Marco I – Formular a proposta de metodologia de monitoramento participativo do PPA, especialmente das Agendas Transversais e das metas e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**
- Marco II - Aperfeiçoar ferramentas digitais para acompanhamento da implantação de metas e objetivos do PPA e dos ODS.
- Marco III - Criar estratégia de comunicação para ampliar o acesso/uso das ferramentas digitais de monitoramento do PPA.
- Marco IV - Realizar a prestação de contas da implementação do PPA por meio do Fórum Interconselhos.
- Marco V - Realizar a prestação de contas da implementação do PPA por meio de Audiências Públicas Temáticas Digitais (2 por ano).
- Marco VI - II Encontro do Fórum Interconselhos.

Monitoramento das agendas transversais

- Manutenção do monitoramento participativo das Agendas Transversais, tal como realizado no PPA 2012-2015, com a inclusão das Agendas ODS.



Fórum Interconselhos – Reconhecimento Internacional

Premiação das Nações Unidas, em 2014, de mecanismo inovador de participação social nas decisões de políticas públicas.

LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

2014 Category 2 Winner First place

Brazil

Initiative: Inter-council Forum

Institution: Ministry of Planning, Budgeting and Management and Secretariat-General of the Presidency of the Republic of Brazil



The initiative of the Inter Council Forum (FI) was entirely designed by the teams of public servants from MPOG and SGPR. Initially, it was necessary to review the initiatives previously developed to address the challenge of participative planning and budgeting in federal level. Main sources of data came from the PPA 2004-2007 and PPA 2008-2011, both showing some level of public consultation in its preparation, and the recommendations of an interrupted workgroup assembled in 2007 (Presidential Decree of March 1st) to propose some guidelines to foster social participation on the matter. This resulted in a proposal of a “second-level” participatory structure that would consider all the large spectrum of collegiate organs already existing in the government. The proposed structure was therefore called “Fórum Interconselhos” or Intercouncil Forum (FI), due to fact that it relied primarily upon the national councils’ collaboration. This initiative is about the building of a direct channel of dialogue and influence over decisions, regarding public planning and budgeting in federal level. Its main objective is to empower citizens, by existing participatory structures as national councils, to monitor and participate in decision-making processes about planning and budgeting of public policies as a whole. There are two major intended audiences targeted by this strategy: (a) more directly, the representatives of social organizations and movements (non-governmental ones) that already take part in a national council and could be appointed to compose the FI; (b) indirectly, citizens in general, who could take part of the open-access channels developed (public hearings and internet groups) or would be involved in similar activities replicated by the councils. The adhesion to the process was an indication of increased credibility.

Monitoramento Participativo Tempestivo (piloto)



Exemplo – Monitoramento Participativo Tempestivo

Agenda
Mulheres

Meta
Selecionada

04GI - Implantar **80 serviços** de referência para atenção integral às pessoas em **situação de violência sexual** em **hospitais de referência** do SUS, para a realização do **registro de informações** e da **coleta de vestígios**
Órgão Responsável: **Ministério da Saúde**

Conselho da Agenda

Conselho da Política Universal

Conselho da Política Universal

Poderia ser mais um Conselho Transversal, no caso da saúde da mulher negra, p.ex.

CNDM

CNS

CNE

Monitoramento Participativo Tempestivo

Seplan/
MP

PIS

SPO

SAS

Ministério da Saúde

Plano de Implementação Simplificado:
- Etapas principais
- Responsáveis
- Prazos

Hosp. 1

Hosp. 2

Hosp. 3

Hosp. 4

...

Diversidade e Humanidade

- Diversidade como princípio da vida
- Espécie humana e diversidade
- Biologia e desenvolvimento da sociedade
- Democracia, República e garantia da diversidade
- Estado, políticas públicas e equidade

OBRIGADO!

Eduardo Gomor dos Santos

Coordenação de Diversidade e Cidadania

Seplan/MP

61 2020-4931

eduardo.gomor@planejamento.gov.br



MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



Bibliografia

- BELLAN, Ana Clara. Diversidade e Discriminação. In: Diversidade - Avanço Conceitual para a Educação Profissional e o Trabalho – Ensaios e Reflexões - Brasília: OIT, 2002.
- ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Estudos, Servidores Públicos Federais – Raça/Cor – 2014. Brasília: Enap.
- ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Estudos, Servidores Públicos Federais – Gênero – 2014. Brasília: Enap
- ESTANISLAU, Bárbara; GOMOR, Eduardo; NAIME, Jéssica. A inserção dos negros no serviço público federal e as perspectivas de transformação a partir da Lei de Cotas. In: Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas/organização Alessandro Freire e Pedro Palotti. – Brasília: Enap 2015. 132 p.: (Cadernos, 42)
- JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.